

SPGGL SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA



ESCOLA Informação

N.º 296 junho/julho 2021. MENSAL. 0,50€

Feira dos Problemas Com Soluções Bloqueadas



25 junho Lisboa, R... 13h

Pelo fim do... negocial na



Cheira a festa e arraial
Passa a Marcha Popular
Se o Brandão não negoceia
Há que pô-lo a marchar

LEITURAS



Butler, Judith

A força da não-violência,
Lisboa, Edições 70, 2021

É frequente no seio da esquerda justificar o uso da violência como meio para promover a transformação social e política e a instauração de uma nova ordem que substitua a 'caduca' ordem existente. Segundo Friedrich Engels, apesar da violência depender do poder económico que produz as armas ou os instrumentos tecnologicamente mais aperfeiçoados para exercê-la contra os mais fracos, existe uma forma de violência, a violência revolucionária, 'criativa', pois é "a parteira de toda a velha sociedade, prenhe de outra nova sociedade, é o instrumento com a ajuda do qual o movimento social se dinamiza e rompe formas políticas mortas" (Engels, 'Anti-Dürhing', Lisboa, Edições Afródite, 1971, p. 230).

Historicamente datadas,

estas considerações de Engels poderiam justificar-se numa época em que predominavam os regimes autocráticos. Neste sentido, o uso da violência seria sempre o último recurso quando falharam todos os outros, como sucedeu na Revolução Francesa de 1789 e noutras revoluções, o que acaba por lhe retirar o carácter criativo que o amigo de Marx lhe atribuiu. Na sequência dos defensores da resistência não-violenta, de que se destaca Martin Luther King jr. e toda uma série de escritores norte-americanos que partilham a sua estratégia vitoriosa na implantação da igualdade de direitos cívicos nos EUA, Judith Butler, feminista norte-americana, numa péssima tradução portuguesa da sua obra, contesta a ideia da legitimidade da violência como instrumento ou meio para um fim considerado 'benigno' e que, por isso, tudo justifica. É particularmente brilhante a sua tese de que a violência concebida como meio ou instrumento instrumentaliza aqueles que a utilizam, transformando-se numa práxis reiterativa que gera mais violência numa escalada crescente independentemente dos fins alegadamente justos que visa alcançar. Que o digam as vítimas da guilhotina do chamado 'terror revolucionário' de 1793-1794 que não eram só aristocratas, mas também muitos defensores da 'nova sociedade' a que Engels se referia, a que se acrescentam os revolucionários bolcheviques exterminados pelo regime estalinista. Em consequência, a apologia da violência não é justificável, pois os meios tendem a transformar-se em fins: é necessário eliminar os inimigos da velha sociedade para construir a nova.

Para Butler, as raízes atuais da violência não podem reduzir-se, como em Engels, apenas ao poder económico que produz os seus instrumentos, as armas de destruição maciça ou outras, mas provêm essencialmente de uma sociedade individualista, gerada pela ofensiva neoliberal da década de 80 do século passado e que ainda hoje persiste, que nega que "os eus estão implicados nas vidas uns dos

outros" (p. 19). É precisamente este tipo de sociedade que tende a discriminar as vítimas da violência: algumas são merecedoras de luto, enquanto outras não merecem sequer ser lamentadas, pois à sua vida é atribuída menos importância ou menos dignidade que à vida dos outros, "habitando já no que Franz Fanon chamou «a zona do não ser»" (p. 19). A autora tem em mente sobretudo as vítimas afro-americanas da violência policial que se apresenta como autodefesa ou violência defensiva contra pessoas consideradas natural ou racialmente violentas, mas o seu juízo pode também aplicar-se às dos atentados do Estado islâmico e de outros grupos fundamentalistas: apesar da grande maioria destas ser muçulmana, apenas as europeias ou norte-americanas merecem o luto ou a atenção dos meios de comunicação de massa, escapando assim da "zona do não ser" que é a sorte que cabe às restantes que alegadamente não pertencem ao 'mundo civilizado', ao 'Ocidente ocidental', para citar um poeta português já falecido.

Defensora da capacidade de mobilização da resistência não-violenta – entre nós, a luta contra o regime fascista do alegado 'Estado Novo' foi um exemplo marcante desta forma de luta –, Butler defende um novo paradigma que, para além de colocar no mesmo plano de dignidade todas as vítimas da violência, particularmente as da violência estatal, constitui uma alternativa ao individualismo neoliberal atualmente imperante: "A não-violência deve agora ser compreendida menos como uma posição moral adotada por indivíduos em relação a um campo de ação possível, e mais como uma prática social e política empreendida em conjunto, culminando num modo de resistência a formas sistémicas de destruição associado ao compromisso para a construção dum mundo que incorpora ideais de liberdade, igualdade económica, social e política que honre a interdependência global" (p. 28).■

Joaquim Jorge Veiguinha



José Feliciano Costa
DIRECTOR E.I.

Este tem de ser um tempo de mobilização

Chegámos praticamente ao final de ano letivo, o qual, pela sua complexidade, exigiu de todos os educadores e professores esforços adicionais, acrescentando, às múltiplas exigências da profissão, outras preocupações decorrentes do contexto excecional que se tem vivido no último ano e meio.

Lamentavelmente, o ano letivo termina com todos os problemas por resolver, nomeadamente os que dizem respeito aos professores e educadores e ao próprio sistema educativo. Por outro lado, os problemas já existentes são agora agravados pelos efeitos que a Pandemia deixou e continua a deixar nas escolas e para os quais o Ministério da Educação parece não conseguir dar resposta. Prova-o, por exemplo, o Plano de Recuperação de Aprendizagens, entretanto aprovado em Conselho de Ministros e que anuncia um conjunto alargado de medidas, não se vislumbrando, no entanto, a afetação dos recursos necessários à concretização deste plano.

Este ano letivo termina, também, com a publicação já tardia do Despacho nº 6325-A/ 2021, que estabelece o número de vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões e que aumenta de pouco mais de 2000 para pouco menos de 5000 o número de docentes impedidos de progredir por um perverso mecanismo administrativo de quotas e de vagas. Este mecanismo distorce a avaliação e impede que milhares de professores e educadores com avaliação positiva atinjam o topo da carreira, após uma vida de trabalho e dedicação à profissão.

Este tem de ser um tempo de mobilização e os professores têm que assumir esse desiderato. Mesmo nestes tempos complexos, temos conseguido dar visibilidades às nossas pretensões. Fizemo-lo em inúmeras iniciativas e destacam-se aqui, apenas, as mais recentes:

A 24 de abril, o retomar de iniciativas já com algumas centenas de professores, junto ao Centro Cultural de Belém, onde Portugal exercia a Presidência do Conselho da União Europeia, dizendo à Europa dos agora 27 que a apologia do diálogo e da concertação entre parceiros que o Governo português apregoa na Europa, não aplica por cá aos seus professores e educadores.

Em maio, realizámos quatro iniciativas junto ao local onde se reunia o Conselho de Ministros, expondo os quatro problemas que queremos resolver e que por força do bloqueio negocial imposto pelo Ministério tutelado por Tiago Brandão Rodrigues não têm tido resposta.

Já em junho, docentes e Investigadores do Ensino Superior e também do Ensino Básico e Secundário assinalaram o 4.º aniversário das suas candidaturas ao PREVPAP, junto ao Ministério das Finanças, exigindo o desbloquear de um processo que se arrasta e que impede a resolução das situações de precariedade nestes setores.

É importante, também, referir a situação dos Investigadores, cuja situação de precariedade fica evidenciada pelos números do inquérito divulgado pela FENPROF, coordenado por uma investigadora e dirigente do SPGL, confirmando-se que este é um dos gravíssimos problemas que afeta estes setores.

No final de junho, no dia 25, realizou-se a “Feira dos problemas com soluções bloqueadas”, iniciativa que, mais uma vez, pretendeu reforçar a denúncia do inqualificável e inédito bloqueio a qualquer tipo de negociação.

Ainda no mês de junho, no dia 30, a FENPROF foi convocada para uma reunião de auscultação sobre a revisão do atual regime de concursos que, segundo a Secretária de Estado de Educação, terá início em outubro, tendo esta afirmado que “os passos que forem dados serão em conjunto”. Claro que concordamos com esta perspetiva e não poderia ser de outra forma, pois o recrutamento, seleção e mobilidade de trabalhadores da Administração Pública, neste caso, docentes, é matéria identificada como objeto de negociação coletiva. Nós temos propostas que foram, mais uma vez, apresentadas nesta reunião, pelo que iremos aguardar o início do processo negocial.

Todas estas iniciativas foram, sem dúvida, muito importantes, mas não permitiram ainda que o bloqueio fosse levantado. Tal só acontecerá com a mobilização e movimentação dos docentes, através de ações que tragam à rua a indignação de milhares de vozes de educadores e professores.

Só assim conseguiremos obrigar este Ministério da Educação e este Governo a dialogar e a negociar soluções para a eliminação dos inúmeros problemas que nos afetam, para voltar a recuperar a nossa carreira, conquistada com as lutas de gerações de professores, que sempre se mobilizaram e disseram presente.

Saudações e até breve



ficha técnica:

Director: José Feliciano Costa .**Chefe de Redação:** Manuel Micaelo . **Conselho de Redação:** António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguinha, Carlos Leal **Redação:** Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas). **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha sobre fotos de Joana Rodrigues . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **Impressão:** Multiponto, S.A.. Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528
Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



2 Sugestões

3 Editorial

5 Entrevista

Entrevista com José Feliciano Costa
“É importante que os professores se mobilizem, se envolvam, não desistam”

9 Cidadania

Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril

11 Reportagem

CinEd – Crescer com o cinema

14 É tempo de observar ativamente o futuro

15 Escola/Professores

15. A rir se denuncia o Ministério da Educação e o Governo!

16. Ministério anuncia revisão do regime de concursos para outubro

17. PREVPAP: Dos poucos docentes e investigadores com parecer favorável, muitos ainda esperam a devida homologação e concursos

18 Opinião Junho é o mês do Orgulho

19 As pessoas são mais importantes do que as fronteiras

20 O meu Livro quer outro Livro

21 9º Encontro da Inter-reformados da União dos Sindicatos de Lisboa

23 Consultório Jurídico

2 – Mobilidade do pessoal docente

“O Ministério da Educação, recusa-se a abrir qualquer processo negocial. É importante que os professores se mobilizem, se envolvam, não desistam. Porque senão nunca mais recuperamos a nossa carreira”

PÁGINA

8

Bons e maus professores

1. Verdades “à La Palice”: Com melhores professores haveria melhores aprendizagens. Com melhores arquitetos e engenheiros haveria melhores casas, com melhores jogadores as equipas ganhariam mais vezes, com melhores jornalistas melhoraria a informação, com melhores políticos talvez o mundo ficasse melhor...

2. Juntando La Palice ao senso comum: O aproveitamento escolar não depende só da qualidade dos docentes; determinantes são a pobreza, a deficiência cultural da família, o “bairro” onde se vive; um bom professor atenua, mas não resolve.

3. Questionando: Bom professor é aquele que prepara os alunos para terem boa nota nos exames? Quantos excelentes professores nunca conseguirão que os seus alunos tenham notas excecionais? Creio que a esmagadora dos docentes tem da Escola e do seu trabalho uma conceção muito mais rica e muito mais útil. Sem pôr de parte a nota nos exames...

4. A raiz das coisas: Se é necessário (e sê-lo-á certamente) melhorar a qualidade dos docentes, interveña-se nas escolas que os formam, na sua formação inicial e na formação contínua. Ou não há coragem para isso?

(Consta que o M.E. vai apadrinhando um tal Teach for Portugal que se propõe colocar nas escolas uma rapaziada com 6 meses de formação... a fingir de professores...)

5. O momento da rotura: Desprestigiar os professores perante a opinião pública, desvalorizar a profissão, degradar o ambiente nas escolas, afogar os docentes em papelada e trabalhos cuja utilidade não se percebe, pôr em causa a carreira docente, tem um nome primordial: Maria de Lurdes Rodrigues. Infelizmente, fez escola...

6. Milagres são coisa rara: A melhoria de cada escola exige que os seus professores a assumam. Com este modelo de gestão isso só acontece por milagre. ■

Miguel André



Entrevista com

José Feliciano Costa
Presidente do SPGL

É importante que os professores se mobilizem, se envolvam, não desistam

• *Lígia Calapez*

Que balanço podemos fazer deste ano letivo?

Este ano letivo foi um ano complexo. As escolas começaram com o ensino presencial. E começaram depois de um ano muito difícil – o ano do fecho das escolas, do início da pandemia. Mas com alguma expectativa – entretanto tinha havido um desconfinamento. E com uma promessa, que não se veio a concretizar – um aporte de recursos materiais e humanos para a recuperação das aprendizagens perdidas. O ensino à distância tem claras limitações. Apesar de todo o empenho da parte dos professores que, não estando preparados para aquele processo, conseguiram rapidamente (num fim de semana) fazer uma ligação aos alunos, através de meios digitais, o facto é que

a pandemia deixou muita gente para trás.

Em janeiro, a situação pandémica agravou-se muito. As escolas iam funcionando – dando as respostas possíveis. Turmas iam para casa. Turmas voltavam. Os professores desmultiplicavam-se em aulas síncronas e aulas assíncronas e presencias – com um aumento brutal da carga horária de trabalho.

A juntar a isto, tínhamos a falta de professores – que era visível. Chegámos a ter, no final do 1º período, milhares de alunos sem aulas, repartidos por todo o país – centenas de turmas sem aulas. Que é uma realidade cada vez mais preocupante. Temos alertado para isto. Denunciámos. Mas o ME ignora. Houve este grande esforço por parte

dos professores, mas não a resposta correspondente por parte do Ministério da Educação. Num ano em que se exigia que as escolas tivessem um apoio, face ao que tinha acontecido no ano anterior, em que se exigia que houvesse um aumento de recursos materiais e humanos – isso não aconteceu.

Estamos a falar de falta de apoios e investimento na educação?

Sim. A pandemia tornou mais visíveis os problemas que a educação já tinha, que resultam de uma continuada falta de investimento na educação. A própria OCDE, no seu relatório de 2020 “Education at a Glance”, constata que o financiamento público da educação em Portugal se encontra abaixo da média



dos países daquela organização. Aliás as verbas destinadas à educação nos OE, que já corresponderam a 5% do PIB, em 2020 foram de 3,5%.

O Orçamento de Estado de 2021 – que foi votado em outubro, na generalidade – refletiu isto. O OE de 2021 previa um aumento de 467,9 ME para a Educação. O OE tem um total de 7017,1 ME, dos quais 553,5 ME vêm de fundos europeus. No caso da educação não houve um reforço. Antes pelo contrário. O que houve foi uma crescente dependência dos fundos europeus. O acréscimo que foi dado ao OE, foi um acréscimo que não proveio de fundos nacionais, mas sim de fundos europeus. O que corresponde a uma desresponsabilização do Estado Português.

Ficou claro que o OE 2021 também não dava resposta às nossas reivindicações principais: recomposição e recuperação da carreira; precariedade; aposentação e rejuvenescimento da profissão; horários de trabalho.

O Conselho Nacional de Educação chama a atenção para um facto interessante – naquilo que o CNE pôde avaliar, com a pandemia, terá havido uma valorização da escola em termos de comunidade.

Qual a tua opinião?

De algum modo o país ficou com a noção da importância da escola. Da importância dos professores. E penso que isso ficou particularmente visível no primeiro fecho das escolas, em março de 2020. Aquela adaptação rápida que os professores fizeram – as escolas fecharam numa quinta ou numa sexta-feira e na segunda-feira os professores

conseguiram ligar-se aos seus alunos. Houve essa perceção – da importância da escola, da importância dos professores. E isso foi reconhecido por toda a comunidade. Foi reconhecido pelo próprio ministro da Educação. Foi reconhecido pelo Primeiro-Ministro, que o disse publicamente. Mas não se traduziu em termos concretos.

Se da parte da comunidade há esta valorização, talvez isso possa constituir um apoio à luta dos professores.

Tentar aproveitar esse reconhecimento, é evidente que vamos tentar fazê-lo. Agora, o importante é os professores perceberem que o grosso deste caminho que tem que ser trilhado – no sentido de obrigar o ME a desbloquear e a encetar com o movimento sindical docente uma negociação séria e profícua – tem que passar por eles. Tem que passar por iniciativas dos professores. Tem que passar por envolvimento. Tem que passar pela pressão que se impõe fazer. De outra forma não conseguiremos. E o facto de não o conseguirmos põe em causa uma carreira que, neste momento, está completamente desestruturada. E que nunca mais será recuperada. E isso implica que toda uma geração de professores, a maioria esmagadora dos professores, nunca recuperará a carreira e, daqui a uns anos, quando se aposentarem, vão-se aposentar em condições muito desvantajosas.

O que também coloca em causa o rejuvenescimento da profissão.

Sim. Essa é uma das quatro grandes questões que temos em cima da mesa – uma aposentação mais justa, o rejuvenescimento da profissão; os concur-

sos e a precariedade; as condições de trabalho; e a recomposição da carreira. São problemas que se juntam todos, mas que têm especificidades diferentes.

A questão da aposentação é uma das questões centrais e está ligada à do rejuvenescimento. No fundo, é o não reconhecimento das condições específicas desta profissão e que, pelo desgaste que tem, devia ter um tratamento especial. Isso não está a acontecer. A isto se junta também um corpo docente muito envelhecido – aliás é o corpo docente mais envelhecido da Europa.

Nós estamos de facto com um problema de rejuvenescimento da profissão. Porque, neste momento, a desvalorização material, a falta de atratividade da carreira docente, leva a que os jovens não escolham os cursos de formação inicial de professores (muitos destes cursos estão mesmo a fechar). E o que está previsto é a saída, até 2030, de mais de 50% dos professores. Quem os vai substituir?

E há pseudossoluções, que estarão em cima da mesa – que já fizeram escola noutros países – nomeadamente o recurso a estruturas que formam jovens em 4-5 meses para ir dar aulas...

É uma maior desvalorização da profissão.

Sim. Uma ainda maior desvalorização da profissão e da escola, nomeadamente da escola pública. E que se prende com a falta de atratividade da carreira. Que tem também a ver com problemas como o dos horários de trabalho. E, particularmente, com a precariedade. Tudo isto se liga.

Em relação aos horários de trabalho, todos os inquéritos, todos os estudos que temos feito indicam que os professores trabalham em média 46 horas por semana. E porquê? Para já pela desregulamentação e descaraterização – que não é de agora, mas de há alguns anos – do que é a componente não letiva de estabelecimento. Mas também pela falta de recursos materiais e humanos nas escolas, transferindo para os professores um conjunto de tarefas – muitas delas administrativas e muito burocratizadas – que acrescentam muito ao seu trabalho. A juntar a isto, a componente letiva, a componente não letiva e o trabalho individual em casa. Tudo isto de facto extravasa em muito o que seria o horário normal de trabalho do professor.

Uma questão gritante é a da precariedade. Os dados que saíram deste último concurso são significativos. Tivemos este ano mais de 38 mil professores a concorrer, dos quais cerca de 12 mil têm mais de 10 anos de serviço. São professores que cumprem necessidades permanentes nas escolas. Por exemplo, este ano, mais de 8 mil horários, que foram para a contratação, foram horários completos e anuais. O que quer dizer que são necessidades permanentes das escolas. As vagas que abriram este ano, pela norma travão, correspondem a cerca de um quarto destes números. Às necessidades permanentes não correspondem vagas estáveis, em lugares de quadro.

Naturalmente esta realidade afasta os jovens da profissão. Mas mais – afasta muitos dos que cá estão. Todos nós conhecemos muitos professores, licenciados nas vias de ensino (portanto – escolheram conscientemente a via ensino), e que depois de alguns anos se vão embora – trocando por situações mais estáveis, mesmo ganhando menos, não fazendo o que querem, porque a profissão de professor não lhes dá segurança. Tudo isto se traduz numa ausência de professores, que pode transformar-se numa tragédia para a escola pública, nos próximos 8-10 anos.

Temos estado a falar, naturalmente, de professores. Entretanto o CNE diz que também deveria haver um reforço e uma melhor formação em termos de assistentes operacionais, de equipas de apoio técnico. Isso seria uma boa ajuda para o bom funcionamento da escola?

Sim. O ministro da Educação falou de um aumento de assistentes operacionais, de técnicos, de mediadores. E falou até em mais 12 mil assistentes operacionais.

Entretanto, o que houve – e bem – foi uma passagem de muitos desses assistentes operacionais de contratados a efetivos. Não foi um aporte.

Mas depois – e essa contabilidade tem de ser feita – entre os que entraram (porque entraram alguns assistentes operacionais) e os que se aposentaram, provavelmente o saldo não será muito positivo.

Para além disso, faltam os mediadores,

os técnicos. E faltam mais professores nas escolas.

Queres fazer algum comentário sobre o Plano Escola +, para recuperação das aprendizagens?

Dia 17 de junho tivemos uma reunião com o ME. A FENPROF apresentou uma proposta de recuperação de aprendizagens⁽¹⁾. E o que foi dito lá basicamente foi isto – a recuperação das aprendizagens tem que ser feita, mas são precisos meios. E essa transferência de recursos materiais e humanos, como prometida, não chegou às escolas este ano, em que a recuperação das aprendizagens já deveria ter sido feita – e não estamos a ver o que é que vai acontecer no próximo ano, que se traduza num acréscimo dos meios humanos e materiais para as escolas. E isso implica que a recuperação das aprendizagens vai ser feita

com os professores que estão nas escolas, com um acréscimo de trabalho, de responsabilidades. Os professores não se vão negar a isso, como é óbvio. Mas a transferência de recursos ou o aporte de recursos é essencial.

A recuperação das aprendizagens, tem de ser feita de forma estruturada e assentar no projeto educativo do agrupamento/escola e no trabalho de professores qualificados.

Um plano de recuperação das aprendizagens implica definir prioridades e alocar-lhes os recursos necessários. Se o Ministério da Educação quer mesmo recuperar de défices agravados pela pandemia, tem de criar as condições para a sua concretização. Impõe-se, por isso e desde logo, que o ME clarifique se está disposto a fazer este investimento, passando das palavras à ação.



Como se tem desenvolvido a atividade sindical, nestas condições difíceis?

Em dezembro – em condições muito complexas – fizemos uma greve, que não foi muito participada, mas teve o mérito de colocar na agenda as quatro grandes questões negociais. Na altura o grande destaque foi – e a comunicação social deu uma grande ajuda – para estes grandes problemas pendentes e para o bloqueio imposto pelo Ministério da Educação, que na prática se recusa a negociar com os sindicatos, com a FENPROF, a sua estrutura mais representativa.

Na sequência da greve de dezembro, a 7 de janeiro, com as escolas novamente fechadas, o ME (após alguns meses sem reuniões) reuniu connosco, sem a presença do ministro. Mas, mais uma



vez, não conseguimos agendar processos negociais para discutir – para passar a uma discussão séria, uma discussão profícua – aquelas quatro grandes questões.

Aliás, nessa reunião, o próprio secretário de Estado reconheceu que não pode haver um hiato tão grande entre reuniões, que as reuniões com os sindicatos têm que ser menos espaçadas. Mas, depois, os resultados foram os mesmos – quando tentámos pôr na mesa as nossas reivindicações e calendarizar uma negociação, não conseguimos. E o bloqueio continua.

Mesmo quando as escolas fecharam, a atividade sindical não esteve parada. Mas com uma dificuldade óbvia – se os professores não estão nas escolas, não conseguimos ir às escolas. O que torna difícil mobilizar os professores, trazê-los para as iniciativas.

Fizemos um conjunto alargado de iniciativas, nomeadamente concentrações à porta do ME. Ações que envolveram essencialmente dirigentes sindicais.

Com a reabertura das escolas, foi possível retomar as ações de rua. Fizemo-lo dia 24 de abril em frente ao Centro Cultural de Belém – local simbólico da presidência da Comissão Europeia – no sentido de denunciar também que os professores portugueses estão sujeitos, pelo ME e pelo governo português, a um bloqueio negocial.

Tivemos agora um conjunto de inicia-

tivas. Em junho fizemos reuniões nas escolas. Aliás, sempre o fizemos – o SPGL sempre o fez, em todos os períodos – naturalmente também com o recurso a videoconferência. Mas este terceiro período já estamos a fazer cerca de seis dezenas de reuniões – das quais mais de 90% são reuniões presenciais, já nas escolas. Dia 25 de junho realizámos no Rossio a “Feira dos problemas com soluções bloqueadas”. Uma iniciativa que se pretendeu ser impactante, em que, durante duas horas, estiveram simbolicamente expostas as grandes quatro questões que nós queremos ver negociadas. Uma vez mais foi assim denunciado o bloqueio negocial a que estamos sujeitos.

Em causa está a falta de resposta às nossas questões reivindicativas centrais: **A aprovação de um regime específico de aposentação**, isto num cenário em que mais de 85% do corpo docente português tem acima de 40 anos, 50% mais de 50 anos e 12% mais de 60 anos. **O combate à precariedade**, flagelo que é um dos maiores problemas da profissão docente e atinge milhares de docentes, do ensino público e do ensino privado, da educação pré-escolar ao ensino superior, do ensino profissional, às atividades extracurriculares - esta é a realidade de um setor que comporta 2/3 da precariedade no Estado. **Horários e condições de trabalho**, com o fim da utilização abusiva da componente não letiva de estabelecimento que, entre outras, aumenta todos os limites legais estabelecidos na lei sobre a duração do horário de trabalho dos docentes e é determinante para o acentuar do seu desgaste físico e psicológico. **A recomposição da carreira docente**, com a recuperação do tempo de serviço cumprido e não contado, o desbloquear do acesso aos 5º e 7º escalões da carreira.

O Ministério da Educação, recusa-se a abrir qualquer processo negocial.

É importante que os professores se mobilizem, se envolvam, não desistam. Porque senão nunca mais recuperamos a nossa carreira.

E para o futuro da escola – que lições é possível tirar, na sequência da pandemia? No documento do CNE “A Escola no pós-pandemia: desafios e estratégias”, considera-se que “é imperioso recomendar às escolas que não reforcem um modelo de ensino que já se tinha revelado ineficaz, seja pela ênfase excessiva na orientação para os resultados, seja pela adoção de metodologias de trabalho que poderão nem sempre responder a necessidades concretas da população escolar”. Quereres comentar?

Em relação a estas preocupações, que aliás subescrevo na íntegra, já tínhamos também manifestado um conjunto de propostas/recomendações concretas que devem ser tidas em consideração no próximo ano letivo, já em setembro. Nomeadamente a identificação das aprendizagens consideradas estruturantes, tentando perceber as que foram adquiridas, as que estão consolidadas. Este diagnóstico é fundamental para se definirem estratégias de recuperação. Claro que implica planeamento e, obviamente, recursos para efetivar apoios especializados.

É importante perceber que os alunos que já revelavam dificuldades foram os mais estigmatizados neste processo e precisam de uma atenção especial. As escolas terão certamente que rever planificações, trabalhar numa perspetiva de ciclo de escolaridade, incentivar a coadjuvação, o reforço das tutorias, o acompanhamento de pequenos grupos, ou apoios personalizados. Também é importante envolver as comunidades educativas, a colaboração com as famílias na prevenção do abandono, do absentismo, da indisciplina.

Em suma - mais recursos para as escolas. ■

⁽¹⁾https://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/SM_Doc/Mid_115/Doc_13036/Anexos/F-101_Parecer_FENPROF_Plano_21_23_Escola_16_06_21.pdf?utm_source=phpList&utm_medium=email&utm_campaign=NOTA+%C3%80+COMUNICA%C3%87%C3%83O+SOCIAL%3A+FENPROF+apresentou+ao+ME+posi%C3%A7%C3%A3o+sobre+o+Plano+Escola%2B+21%2F23&utm_content=HTML



Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril

Joaquim Jorge Veiguiha

No congresso do Movimento Europa e Liberdade (MEL) um interveniente foi entusiasticamente aplaudido pelos participantes por defender o fascismo salazarista e considerar que o denominado “Estado Novo” foi o período da História em que o país mais convergiu com a Europa. Se assim foi, não se percebe porque é que Portugal tinha das maiores taxas de analfabetismo da Europa e se

encontrava envolvido numa guerra colonial que só após o 25 de Abril terminou com a formação das novas nações africanas que hoje integram a chamada comunidade lusófona. Este triste espetáculo não é um episódio, mas uma vaga de fundo que congrega a toque de reunir toda a direita portuguesa, revelando o seu carácter estruturalmente antidemocrático que desponta sobretudo nos períodos em que esta se encontra fora do poder relativamente ao qual, inconfessadamente, se julga proprie-

tária absoluta por direito de herança. Na sequência do revivalismo direitoista do salazarismo, surgiram reações indignadas perante a nomeação governamental de uma Comissão presidida pelo sociólogo Pedro Adão e Silva para comemoração dos 50 anos do 25 de abril. Estas reações tiveram como alvo o salário do novo comissário, bem como a composição e duração das funções da Comissão, cujo mandato se iniciou em 28 de maio deste ano e se prolongará até 31 de dezembro de 2026. Aos ‘indig-

nados' até se juntou um canal de um clube de futebol da cidade do Porto que reagiu ao facto de que o novo comissário é um conhecido adepto de um clube rival de Lisboa de que foi comentador televisivo e candidato a vice-presidente. Em suma, o regional 'futebolismo' no seu máximo esplendor...

A dignidade institucional das comemorações

Antes de tudo, a duração da Comissão é perfeitamente legítima, já que não se vai comemorar apenas a data histórica do 25 de abril de 1974, precisamente num período em que se inicia também a comemoração da atual Constituição da República Portuguesa (CRP) que celebrará também 50 anos em 25 de abril de 2026, juntamente com as primeiras eleições legislativas, presidenciais e autárquicas da 'era dos direitos' da democracia política portuguesa. Em segundo

uma vaga de fundo que congrega a toque de reunir toda a direita portuguesa, revelando o seu carácter estruturalmente antidemocrático que desponta sobretudo nos períodos em que esta se encontra fora do poder relativamente ao qual, inconfessadamente, se julga proprietária absoluta por direito de herança.

lugar, a comemoração de um evento que marcou, marca e marcará para sempre a história portuguesa merece uma dignidade institucional que sublinhe sem reservas a sua relevância, conferindo ao comissário executivo e ao comissário executivo adjunto o grau de dirigentes superiores de 1º e 2º grau, respetivamente, da administração pública. Diferentemente do que disseram outros, o que é importante nestas comemorações não é apenas o conteúdo, mas também a forma relacionada precisamente com a dignidade institucional que a celebração desta data necessariamente merece.

Os 'enragés' da direita

Passemos agora às reações dos 'indignados' com o alegado 'despessismo' e a longa duração da Comissão. Começamos pelo líder do PSD, o maior partido da oposição, Rui Rio. Considerando que "o PS tem os seus 'comentadores independentes' espalhados pelos diversos canais para vender propaganda socialista e tentar destruir os adversários", conclui que "esse trabalhinho tem um preço. Chegou a vez de Pedro Adão e Silva receber a compensação: pagamos nós com os nossos impostos". Poder-se-á dizer que o estilo define uma personagem que tinha como única política cultural a realização de uma corrida de automóveis no centro da Invicta quando era presidente da Câmara Municipal do Porto: deselegância, para não dizer boçalidade, a que se acrescentam inaceitáveis insinuações de natureza caluniosa que põem em causa a honra e a dignidade do comissário executivo.

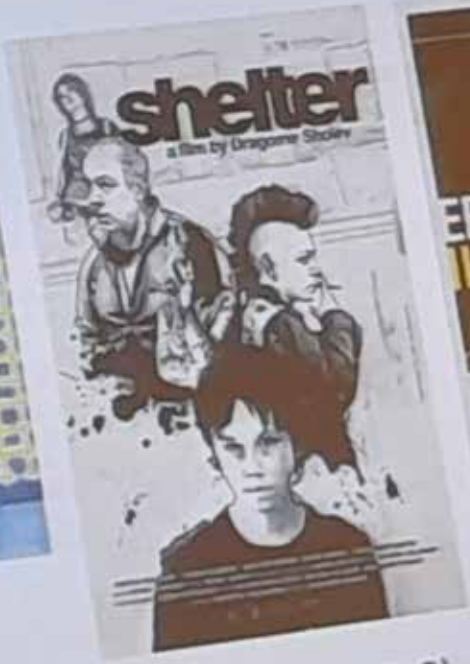
Por sua vez, o líder da Iniciativa Liberal, João Cotrim de Figueiredo, cujo partido recomenda aos automobilistas que 'apitem contra o socialismo', teve, aparentemente, uma reação mais 'cordata' contra as comemorações, surgindo, em comparação com Rio, como uma espécie de 'bom samaritano' pródigo em 'bons conselhos': "Desafio o Comissário Pedro Adão e Silva" – exorta – "a

usar o seu longuíssimo mandato e recursos disponíveis para organizar também as celebrações dos 50 anos do 25 de novembro. Ofereço-me para ajudar, *pro bono*". É provavelmente a primeira vez que um líder partidário solicita a comemoração dum golpe militar, o que nem o próprio regime salazarista ousou fazer com o 28 de maio de 1926. No entanto, esta preferência do liberal Cotrim de Figueiredo não nasce órfã de referências ideológicas: os seus precursores, Milton Friedman e os seus "Chicago Boys", apoiaram a ditadura militar de Augusto Pinochet no Chile, cujo programa económico a Iniciativa Liberal partilha claramente. Basta pensar na sua defesa dum imposto único sobre o rendimento, uma medida claramente inconstitucional (artigo 104º, nº 1 da CRP), mas que se difunde no seio da direita e extrema-direita europeia, por mais 'liberal' que esta se autodenomine. Mais uma vez se prova que liberalismo e democracia não são necessariamente compatíveis. Mas a estrela da companhia foi o impagável Francisco Rodrigues dos Santos, líder do CDS/PP, conhecido como 'Chicão' com a berraria a que já nos habituou: "Num momento" – troa – "em que o país se vê a braços com uma crise económica, o Governo não olha a meios para promover um dos protegidos do 'socialistão', amplamente conhecido enquanto porta-voz da propaganda socialista e comentador da bola, e oferece-lhe um cargo durante seis anos pago a preço de ouro e recheado de mordomias". Que se poderá dizer? De novo, que o estilo define o homem, a forma o conteúdo: em suma, assim falou «'Chicão, o 'fascistão'», pois o nível de tontaria e as insinuações da personagem dispensam um comentário mais profundo. E nada mais havendo a tratar, dá-se por terminado este artigo que, infelizmente, já vai longo, por mim assinado, e do qual o Escola-Informação lavrou a correspondente ata. ■

CinED – crescer com o cinema



Uma pedra no bolso (1987),
Joaquim Pinto



Shelter/Abrigo (2010),
Dragomir Sholev



Il Posto/O emprego
(1961), Ermanno Olmi

A Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema recebeu, no passado dia 26 de maio, uma jornada dedicada ao projeto CinEd 2.0, cuja nova fase é liderada pela Cinemateca. Para o seu diretor, José Manuel Costa, o CinEd tem que destruir clichés, arriscar confrontos novos e dar um safanão por uma nova relação entre a escola e o cinema, perspetiva que ficou patente em todo o encontro, de que aqui destacamos algumas intervenções.

• Lígia Calapez e Sofia Vilarigues

O que é o CinEd?

Coube a **Rui Machado, subdiretor da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema**, falar do que foi o tema central deste encontro⁽¹⁾ em torno do CinEd 2.0: o que é o CinEd⁽²⁾, qual a sua história, que perspetivas num momento em que a Cinemateca Portuguesa assume a sua coordenação?
Com início em 2015, o CinEd, European Cinema Education for Youth, é um projeto de cooperação europeia

cofinanciado pelo programa Europa Criativa/MEDIA da União Europeia, dedicado à educação e ao cinema e coordenado, até 2020, pelo Institut Français.
Nasceu com a participação de entidades de 11 países. “Uma geografia curiosa”, nas palavras de Rui Machado, envolvendo várias áreas da Europa. Europa Central – com a França, a Itália e a Alemanha; e uma Europa das periferias e países do Leste europeu. O que “implica que há aqui um mosaico com

diferentes culturas – e também nisso este projeto é muito interessante – um diálogo entre países bastante diferentes e com culturas bastante diferentes”.
Desde outubro de 2020 o CinEd é coordenado pela Cinemateca.
Tendo como objetivo principal promover a descoberta do cinema europeu entre os jovens, através da implementação de um projeto de educação cinematográfica diferenciado, o CinEd surge como uma ferramenta inovadora, permitindo acesso a filmes europeus, à





educação para o cinema através do cinema. Tem uma abordagem holística, “modificando a relação educacional tradicional – uma experiência participativa e um processo de aprendizagem que privilegia a subjetividade, criatividade, expressão pessoal e diálogo” e aposta numa metodologia colaborativa (“a opinião e experiências partilhadas de cada parceiro ou associado são fundamentais para a execução do projeto”).

Resumindo: “O CinEd é isto tudo: é uma ferramenta educativa multilingue; está assente numa plataforma digital, tem um Website, tem uma coleção de filmes europeus (através de propostas dos parceiros, das suas cenografias nacionais), tem um conjunto de recursos pedagógicos enorme (cadernos pedagógicos traduzidos na língua de todos os participantes), consiste muito nas formações para professores, projecções em sala de cinema e encontros entre parceiros (troca de experiências)”.

É este o desafio que a Cinemateca Portuguesa⁽³⁾ agora assume – em consonância com toda a sua história, que passa pela criação da Cinemateca Júnior, a participação ativa no Plano Nacional de Cinema, a participação num projeto europeu nesta área, como o CinArts⁽⁴⁾. Surge ainda como o regressar à liderança de um projeto europeu, tal como com o Projeto Filhos de Lumière no início da década de 90.

E quando ao futuro? O que será o novo CinEd 2.0?

Rui Machado elencou vários objetivos, começando por explorar novas formas de trabalho “com vista a expandir as utilizações do próprio projeto”; desenvolver mais atividades associadas à inclusão social; criar sinergias com outras iniciativas europeias na educação

cinematográfica; estimular a relação entre todos os beneficiários do CinEd nos diversos países (“para isso estamos a trabalhar em ferramentas mais interativas – a nossa ideia é incentivar a partilha dos alunos e dos professores”); procurar reforçar a comunicação e divulgação do projeto; reforçar a componente do património cinematográfico. No plano de ações concretas, e desde já: “temos um novo parceiro tecnológico (MOG Technologies); novos países que entraram (Alemanha, Croácia); novos filmes; mais material pedagógico; um novo site (mais atrativo e interativo); melhorias na plataforma”.

Entreabrindo portas do que será o novo site do CinEd – instrumento fundamental na sua atividade – Alexandre Ulisses, da MOG, referiu, na sua intervenção (de algum modo complementar da de Rui Machado), um duplo desafio: refrescar a imagem do CinEd para o público; introduzir uma linguagem que permitisse também aos alunos usufruir de todos os benefícios. De que modo a nova plataforma vai de encontro a esses requisitos? Talvez seja preciso esperar para ver. Mas, desde já, o responsável da MOG deixou algumas pistas.

Por exemplo - uma nova apresentação dos filmes em que, associados a cada um dos filmes estão os vários recursos pedagógicos do mesmo; fichas pedagógicas mais interativas; espaços de diálogo, possibilidade de a criança se exprimir no próprio site; possibilidade de as crianças escreverem cartas aos realizadores ou aos atores, ou criarem um poster para o filme; ou, ainda, de partilharem com as outras crianças (e com os docentes) o que andaram a fazer – as suas próprias fichas pedagógicas.

Formas muito simples e eficientes de

partilhar informação, conclui Alexandre Ulisses.

Uma outra pedagogia

Já há 10 anos que **Os Filhos de Lumière**⁽⁵⁾ fazem um trabalho de fundo sobre a educação para o cinema com escolas portuguesas através de “Le Cinema cent ans de jeunesse” coordenado internacionalmente pela Cinemateca Francesa. Integrar o CinEd, é um desenvolvimento natural deste trabalho, considerou **Teresa Garcia**.

“Desde o início se criaram pontes entre os dois projetos”, afirmou, salientando uma característica relevante do CinEd: “o CinEd propõe desde logo abrir-se a todas as escolas e mediadores culturais através de uma Plataforma que torna os recursos acessíveis a todos e em todos os lugares e países da Europa, traduzidos em todas as línguas dos parceiros”. Realçando, muito em particular, a metodologia utilizada, Teresa Garcia citou Alain Bergala, com quem Os Filhos de Lumière trabalham há já 15 anos: “O melhor método para abordar a criação é através de fragmentos muito bons e bem selecionados. Aprofundá-los e compará-los. Interrogar o processo, as escolhas do realizador em cada momento, procurar compreender como se chegou a uma determinada sequência, quais as suas emoções”. É essa “a base do método que todos trabalhamos. O método participativo. Levar os alunos a descrever e a pensar no que estão a ver, a exprimir-se com palavras suas”, disse.

O “CinEd 2.0, coordenado agora a nível Europeu pela Cinemateca Portuguesa, é uma nova fase que permite a continuação de algo que continua a desenvolver-se e a crescer em cada país e



que não poderia ter caído em melhores mãos que numa Cinemateca solidária, e que acompanha desde o início o projeto como parceira, numa sintonia forte com a sua pedagogia”, conclui Teresa Garcia, falando em nome de Os Filhos de Lumière.

As experiências nas escolas

Houve também espaço, no evento, para a voz de professores envolvidos no CinEd.

Manuela Martins, professora na **Escola Secundária Leal da Câmara, em Rio de Mouro**, falou da sua experiência. Juntamente com uma colega, Lúcia Carvalhas, trabalharam com uma turma de multimédia do 2º ano, de 28 alunos, com jovens de 16, 17 anos. Optaram por trabalhar três filmes: *Uma pedra no bolso* (1987), de Joaquim Pinto; o *Shelter/Abrigo* (2010), de *Dragomir Sholev*; e *Il Posto/O emprego* (1961), de Ermanno Olmi. “Tudo filmes europeus, de diferentes países, um de Portugal, um búlgaro e um filme italiano, situados em diferentes tempos, que os alunos puderam ver em sala de cinema”. Tiveram sempre o acompanhamento das formadoras, da associação Os Filhos de Lumière, que foram “dialogando com os alunos, fazendo uma coisa que eu penso que é cada vez mais fundamental em termos de ensino, que é levar os alunos a fazerem perguntas e não darmos nós as respostas, portanto serem eles a colocar as perguntas e também na partilha serem capazes de dialogar e construir juntos as respostas”. Cada filme levantava um conjunto de questões, conduzindo depois para uma atividade.

No caso de *Uma Pedra no bolso*, a atividade que propuseram aos alunos, de-

corrente da própria discussão e sendo eles alunos de multimédia, foi a elaboração de um novo cartaz para o filme e um novo título. No âmbito do segundo filme (*Shelter/Abrigo*), disseram aos pares para escolherem um fotograma e, a partir desse fotograma, fazerem uma leitura iconográfica e uma leitura iconológica, e partilhar essa leitura com os colegas. Quanto ao terceiro filme, o *Il posto*, os alunos foram convidados a fazer um pequeno vídeo, de 1 minuto no máximo, “em que escolhiam uma situação, e tinham que tentar interpretar e utilizar a linguagem que eles tinham observado no filme *Il posto*. Portanto, a preto e branco e uma linguagem que não recorria às palavras, à palavra, mas onde a comunicação era feita através do gesto, do olhar, das ações”.

“Acho que é isto que estes projetos nos dão, e que o CinEd permite aos alunos, saírem um bocadinho da sua zona de conforto, verem coisas diferentes que eles não estão habituados a ver, a pensar, a trabalhar, e perceberem que ver cinema é ver além”, concluiu.

Maria José Romão e Rui Martins, da **Escola Miguel Torga em Queluz**, também partilharam a sua experiência. Trabalharam em vários projetos ligados ao cinema. “Trabalhámos no Plano Nacional de Cinema, com o CinEd, já pelo menos por duas vezes diferentes, com o Cinema – Cem Anos de Juventude. Temos tido vários grupos, de vários níveis, do 9º ao 12º ano”, disse Rui Martins. Com sucesso. A escola, nos últimos 2 anos, adotou como tema do seu plano anual de atividades precisamente o cinema, e a ligação do cinema à escola. Têm tido “algum retorno positivo, da parte até de alguns encarregados de educação, que reconhecem que este envolvimento dos seus educandos

nestes projetos lhes tem feito de alguma forma desenvolver e tornar-se mais interativos com os outros”, revelou Rui Martins, que realçou “a capacidade que alguns têm tido de, através dessa descoberta do cinema, se descobrirem a si próprios”. Maria José Romão salientou a importância dos cadernos pedagógicos e da associação Os Filhos de Lumière. “Quem não é do meio sabe que é muito difícil abordar o cinema com um indivíduo que tenha outra formação. Há códigos, é uma arte com linguagem própria. É bom haver, de facto, orientação. Viemos a descobrir a associação, associação que nos deu a conhecer outra forma de lidar com os jovens e o cinema, e que nos mostrou também os cadernos, que são um valente instrumento de trabalho”.

O CinEd em números
Desde o lançamento da CinEd (2015):
233 formações em 9 países
4841 mediadores e professores formados
1453 projeções em 137 cidades
62521 jovens envolvidos

(1) <https://www.cinemateca.pt/CinematecaSite/media/Documentos/cined-programa.pdf>
(2) <https://www.cined.eu/pt>
(3) <https://www.cinemateca.pt/Cinemateca/Apresentacao.aspx>
(4) <https://www.cinemateca.pt/Servicos/Projetos.aspx>
(5) <http://osfilhosdelumiere.com/o-projecto/>

É tempo de observar ativamente o futuro

• Lígia Calapez e Sofia Vilarigues

“Este é um tempo propício para a reflexão e para a inovação, que o mesmo é dizer que é tempo de observar ativamente o futuro. Não voltando ao que foram, aos sistemas cabe-lhes mudar e adaptarem-se para responderem aos desafios e contribuir para a construção de um futuro melhor”. Esta uma ideia forte a reter, sublinhada no estudo *Educação em Tempo de Pandemia: problemas, respostas e desafios das escolas, realizado pelo Conselho Nacional de Educação, com base num inquérito por questionário, aplicado em julho de 2020, a diretores e a professores com funções de coordenação (contou com uma taxa de resposta de 63% por parte dos diretores)*.

Este estudo – constituindo, de algum modo, um registo histórico de um período que Maria Emília Brededore Santos, presidente do CNE, considerou, na apresentação do documento, como um “teste à resiliência do sistema” – serviu também para identificar fraquezas e forças do sistema escolar, dar pistas para soluções: “o que é que daqui vai ficar que valesse a pena para o futuro – para não sermos só arrastados pelas circunstâncias e tentar ter um papel construtivo”.

Os dados numéricos já foram, no fundamental, divulgados, e estão acessíveis em recentes documentos do CNE⁽¹⁾.

Aqui nos cingimos – para além da breve síntese, que se segue, das recomendações do CNE – às ideias fundamentais que se poderiam retirar deste

período único e irrepitível (com que continuamos ainda a lidar).

Assim, e pondo particular ênfase nas mudanças necessárias, coloca-se a questão: mudar de que maneira, em que sentido?

Na apresentação do documento, Maria Emília Brededore elencou algumas ideias principais para **olhar para o futuro**: reforçar que o encerramento das escolas deu mais visibilidade às desigualdades sociais (“provavelmente poderemos ter um ambiente mais propício a atender a essa problemática”); o ensino à distância reavivou a discussão sobre as práticas educativas (os vários modelos possíveis); o ensino à distância pôs em evidência o contributo das tecnologias para transformar as práticas educativas; o trabalho realizado reforçou a colaboração interna da escola; a relação entre a escola, a família e a comunidade saiu valorizada.

Um conjunto de itens a que acrescentou um alerta seu: a necessidade de formação de professores, não apenas em formação digital ou em ensino à distância, como foi reconhecido por larga percentagem de professores (98%), mas também a necessidade de formação em modelos pedagógicos diferentes (menos de um quarto dos professores seguiu abordagens metodológicas em que o papel dos alunos na aprendizagem é central).

Recomendações

As recomendações do CNE “A Escola no pós-pandemia: desafios e estratégias”⁽²⁾, lançadas em junho de 2021, vêm trazer importantes contributos para estes tempos.

Antes do mais, abrangendo vários níveis de ensino e idades, desde creches ao acesso ao ensino superior. Propôs-se, nesse sentido, que “se ampliem as ofertas de educação e cuidados para a primeira infância, seja ao nível de

creche, seja de jardim de infância e de educação pré-escolar”, ou que “se reveja o acesso ao Ensino Superior (...), por forma a que a conclusão do Ensino Secundário não esteja condicionada por este acesso, nem as provas que para ele se realizem induzam práticas letivas e de aprendizagem baseadas, quase exclusivamente, no treino e na memorização”.

Procurando dar voz às crianças e jovens, envolvendo-as desde o 1º ciclo. Recomendou-se que se identifiquem aprendizagens estruturantes que não foram adquiridas ou consolidadas pelos alunos “de preferência sem recorrer a ‘mais do mesmo’ (que pode ir do aumento da carga letiva, à manutenção de estratégias pedagógicas fomentadoras da passividade dos alunos)”. Que se planeie e reforce, nas escolas e/ou nos territórios, as equipas multidisciplinares. Que se privilegie a finalidade formativa da avaliação, com recurso a diversas formas e instrumentos. Que sejam revistas “as planificações de ensino e que estas sejam reelaboradas numa perspetiva de ciclo de escolaridade”.

Considerando as necessidades de professores e alunos. Propôs-se que “se preveja, no horário de trabalho de escola dos docentes, tempo para trabalho colaborativo, flexibilidade para desempenho de diversas tarefas, crédito para formação”. E que “se desenhem políticas educativas estritamente articuladas com políticas sociais”, para que se acau-telem as necessidades básicas da pessoa que aprende, como a alimentação, a habitação, a saúde e a segurança. ■

⁽¹⁾ https://www.cnedu.pt/content/home/Folheto_Digital.pdf

https://www.cnedu.pt/content/iniciativas/estudos/Educacao_em_tempo_de_Pandemia.pdf

⁽²⁾ <https://www.cnedu.pt/pt/noticias/cne/1675-recomendacao-sobre-a-escola-no-pos-pandemia-desafios-e-estrategias>



A rir se denuncia o Ministério da Educação e o Governo!



No dia 25 de junho os sindicatos da FENPROF denunciaram em pleno Rossio de Lisboa a falta de vontade política do Ministério da Educação (e do Governo!) em negociar a solução dos problemas que mais afetam a Educação e a vida profissional dos professores e educadores. O número de participantes teve de ser reduzido face à subida dos índices da pandemia em Lisboa e da “cerca sanitária” decretada para esse fim-de-

-semana na Área Metropolitana de Lisboa, pelo que a iniciativa foi limitada a dirigentes e delegados sindicais. Cada um dos sindicatos, com óbvia exceção dos sindicatos das Açores (SPRA) e da Madeira (SPM), fez uma breve encenação resumindo as iniciativas que decorreram ao longo do mês de maio junto do Centro Cultural de Belém e do Palácio da Ajuda. Precariedade dos professores e educadores, corrigindo as injustiças resultantes da aplicação da chamada “norma-

-travão”, respeito pelo horário dos docentes e melhoria das condições de trabalho, reposição da legalidade nas progressões na carreira e anulação do regime de acesso limitado por vagas aos 5º e 7º escalões e a necessidade de rejuvenescer a profissão, criando um regime específico de aposentação para os docentes foram os temas glosados nesta iniciativa. (Mais informação nas páginas do SPGL e da FENPROF). ■



Aumenta o número de professores e educadores retidos nos 4º e 6º escalões

De acordo com os números divulgados pelo Despacho n.º 6325-A/2021, de 25 de junho, haverá, este ano, 2100 vagas para progressão ao 5.º e 1442 para o 7.º. Se este número de vagas corresponder a 50% e 33%, respetivamente, do número de docentes que aguarda vaga para progredir, isto significa que **ficarão retidos, em 2021, 2100 docentes no 4.º escalão e 2884 no 6.º, totalizando 4984 docentes impedidos de progredir aos 5.º e 7.º escalões.** No entanto, é possível que o número de retidos seja ainda mais elevado, uma vez que o despacho não garante essas percentagens. A este propósito, é ainda de lembrar

que muitos destes docentes que têm de aguardar vaga para progressão (ainda se desconhece a lista de docentes a quem foi atribuído Bom) tiveram uma classificação que lhes deveria permitir ter obtido Muito Bom (8 a 8.9 em 10) ou Excelente (9 a 10), só que a aplicação das quotas de avaliação fê-los descer para Bom, menção atribuída a quem obteve entre 6.5 e 7.9. Por este motivo, deixaram de poder progredir sem depender de vaga. Este problema é tão mais injusto quando houve escolas em que docentes avaliados com Excelente desceram para Bom, enquanto em outras foi possível manter no Muito Bom quem obteve esta menção, o que significa que houve muitos casos

em que foi retido quem obteve melhor classificação, provocando uma inadmissível discriminação e tornando ainda mais injusto o regime de avaliação. A retenção dos docentes que exercem atividade no continente será, mais uma vez, um ato discriminatório relativamente aos que trabalham nos Açores (onde não há progressão sujeita a vagas) e na Madeira (onde o número de vagas tem sido igual ao de docentes que reúnem todos os requisitos de progressão).

A FENPROF continua a defender o fim do regime de quotas, pois distorcem a avaliação, e de vagas.■

Ministério anuncia revisão do regime de concursos em outubro

Na reunião que decorreu no passado dia 30 de junho, o Ministério da Educação informou ser sua intenção iniciar o processo de negociação sobre a revisão do regime de concursos dos professores no próximo mês de outubro.

Nessa reunião, a FENPROF sublinhou que, ainda para o concurso deste ano, se torna necessário que os candidatos à **Mobilidade Interna** sejam colocados

em horários completos e incompletos, lembrando que a maior parte deles já tem, por força da idade e do tempo de serviço, reduções na componente letiva e, ao serem colocados apenas em horários completos (22 horas), há turmas que ficarão sem aulas durante algum tempo, problema que, no passado, chegou a prolongar-se durante todo o 1.º período.

E, ainda, que **os docentes abrangidos pela 1.ª prioridade do concurso ex-**

terno que, por aplicação da designada “norma-travão” irão integrar quadros de zona pedagógica, caso não tenham manifestado preferência por todos os QZP onde foi aberta vaga, sejam colocados naquele em que se encontravam como contratados.

(Mais informação sobre a reunião nas páginas do SPGL e da FENPROF) ■

PREVPAP: Dos poucos docentes e investigadores com parecer favorável, muitos ainda esperam a devida homologação e concursos

No passado dia 18 de junho, docentes e investigadores concentraram-se em frente ao Ministério das Finanças para assinalarem o 4º aniversário das suas candidaturas ao PREVPAP – Programa de Regularização dos Vínculos Precários na Administração Pública, sem que, muitos deles, tenham conseguido solucionar a situação de precariedade em que trabalham há vários anos. Para a FENPROF, é inacreditável que, mais de quatro anos depois, ainda haja homologações em falta e, portanto, trabalhadores e serviços suspensos da necessária conclusão dos processos.

As dezenas de professores e investigadores presentes aprovaram uma moção exigindo:

- “que sejam de imediato homologados os pareceres favoráveis dos cerca de 50 docentes e investigadores da área da Ciência, Tecnologia, e Ensino Superior (CTES) e de mais algumas dezenas da área da Educação, alguns já no desemprego ou a trabalhar sem receber salário ou bolsa e muitos outros encontrando-se próximo de deixarem de ter contrato;
- “que se abram de imediato os concursos para a regularização do vínculo laboral dos professores contratados como técnicos especializados que há mais de ano e meio viram os seus

requerimentos e homologações deferidos ao abrigo do PREVPAP”.

Considera ainda a moção que o programa PREVPAP “ficou muito aquém das necessidades e expectativas criadas, tendo já atravessado duas legislaturas e completado, no mês passado, uns longos 4 anos de atribuída existência”.

Note-se que, como refere a moção, “de acordo com a Lei 112/2017, de 29 de dezembro, os concursos deveriam ter lugar, para todos os requerentes, até 31 de janeiro de 2018, o que não foi cumprido para a esmagadora maioria dos que tiveram pareceres favoráveis homologados, havendo ainda, 3 anos e meio depois dessa data, muitos que aguardam a abertura dos respetivos concursos”.

Para os docentes e investigadores da área da CTES, o PREVPAP revelou-se uma total desilusão. Apresentado com o objetivo de regularizar as situações de precariedade na Administração Pública, forçando a continuar em precariedade a esmagadora maioria dos que apresentaram os seus requerimentos. Segundo os dados do próprio Ministério, apenas 400 dos 3.200 requerentes (cerca de 13%) obtiveram parecer favorável.

A moção sublinha ainda que “também no setor do ensino básico e secundário há professores contratados como téc-

nicos especializados há anos a exercer a atividade em escolas públicas, que viram deferido e homologado o seu requerimento” (...) mas que aguardam há cerca de ano e meio que se concretizem os procedimentos indispensáveis à regularização do vínculo laboral, designadamente a abertura dos concursos. Estão nesta situação professores de Teatro e Expressão Dramática e de áreas artísticas e profissionais contratados como técnicos especializados.■

Na reunião ME /FENPROF do passado dia 30, face à questão levantada pela FENPROF, o M.E fez saber que “A integração nos quadros dos docentes (teatro, formadores e outros) que já viram homologada a sua situação no âmbito do PREVPAP deverá merecer uma solução extraordinária que os integrará na carreira docente, por corresponder à sua atividade profissional, e não como técnicos superiores. O ME lembrou que todos eles têm, para já, garantida a renovação automática dos contratos, mas a FENPROF insistiu na necessidade de a integração ser feita com a máxima urgência, pois, apesar disso, mantém-se uma situação instável nos planos laboral e profissional e sem acesso à carreira.





Almerinda Bento
Dirigente do SPGL

Junho é o mês do Orgulho

No dia em que escrevo este texto, comemora-se o Dia Internacional do Orgulho LGBTI+. O dia 28 de Junho de 1969, em que aconteceu a revolta de Stonewall em Nova York, contra a repressão policial sobre a comunidade homossexual, foi o início de uma longa luta que foi ganhando visibilidade e força com marchas em novas cidades dos EUA e depois um pouco por todo o mundo. Em Portugal, só em 1982 a homossexualidade foi descriminalizada e o grande impulso em termos legislativos e em activismo e movimentação social apenas ocorreu na viragem do século. A igualdade em função da orientação sexual está consagrada na lei, no acesso ao casamento e à adopção, no direito à autodeterminação de género e a Constituição garante tratamento igual e proibição da discriminação. Podemos afirmar que se conseguiu, num relativamente curto espaço de tempo, avançar do ponto de vista legislativo, mas, sabemos que esses avanços não têm ainda correspondência ao nível social e de mudança de mentalidades para que as discriminações deixem de ocorrer.

São inaceitáveis situações de bullying em contexto escolar, discursos homofóbicos e programas ditos de entretenimento em que a discriminação e ridicularização da comunidade LGBTI+ são frequentes. Em países onde o conservadorismo e a extrema-direita têm vindo a ganhar terreno, ataques de ódio de grupos de extrema-direita e repressão policial são tolerados e incentivados pelo poder, através de leis criminalizadoras da homossexualidade, como acontece na Hungria e na Polónia. Em Portugal, as pessoas homossexuais têm um longo historial de repressão e silenciamento. Durante a Inquisição, no século XIX, com a República, no Estado Novo... e com o 25 de Abril a sua vida mudou? Sabemos que não, que foram precisas cerca de três décadas depois do “... dia inicial inteiro e limpo onde emergimos da noite e do silêncio...” para que homossexuais e lésbicas pudessem ver o dia e fazer ouvir as suas vozes. Vistos/as como doentes, anormais, vadios, indigentes, perversos, contra natura, só em 1982 com a revisão do Código Penal a homossexualidade foi despenalizada. O facto

de a sua sexualidade sair fora do padrão, estigmatizou e atomizou milhares de seres humanos ao longo dos séculos, tendo o estado, as igrejas, a medicina e a sociedade em geral criado uma teia intransponível, impedindo que estas pessoas pudessem viver as suas vidas em plenitude.

Há lutas muito prolongadas. Há lutas muito difíceis. As lutas para resolver as discriminações mais profundas na sociedade, aquelas que a sociedade naturalizou, que são alvo de chacota e dichotes, que são “incómodas”, que diminuem o outro por ser diferente, são aquelas que demoram mais tempo a resolver. Mas “o mundo pula e avança” e a verdade é que as pessoas LGBTI+ têm conseguido, de forma corajosa, sair da invisibilidade e ocupar na sociedade o seu espaço e os direitos que são os direitos humanos universais a que uma sociedade democrática aspira.

Portugal tem vindo desde há 22 anos a realizar por esta altura a Marcha do Orgulho. Começou em Lisboa e Porto e tem vindo, com os anos, a sair à rua em cada vez mais cidades do interior, assinalando as suas conquistas e reivindicando o direito ao

tratamento igual, à não discriminação e ao respeito de toda a sociedade. Orgulhosamente assinalando a sua identidade e o seu direito à cidadania plena. Diversos municípios têm vindo a assinalar a 17 de Maio o Dia Nacional e Internacional contra a Homofobia e a Transfobia, hasteando a bandeira arco-íris no exterior dos edifícios. De forma simbólica, dão um sinal à sociedade de solidariedade com todos os membros da sua comunidade, sem excepções. Infelizmente e vergonhosamente, no final deste mês, Portugal foi palco de um triste espectáculo de cobardia política para com a comunidade homossexual. O malabarismo e os recentes resquícios de “neutralidade” do governo português, quando veste o chapéu da presidência do Conselho da União Europeia e que deixam de existir quando se é apenas país membro, remetem-nos para esse mal-estar de quem não quer ferir quem tem uma visão homofóbica e de desrespeito pela democracia e pela igualdade de direitos de todos e todas as cidadãs. A hipocrisia veio ao de cima, mas o caminho da igualdade é imparável. Viva o mês do Orgulho. ■



As pessoas são mais importantes do que as fronteiras

• Amnistia Internacional Portugal

As violações dos direitos humanos de pessoas migrantes, refugiadas e requerentes de asilo arrastam-se há demasiado tempo. As notícias a este respeito ocuparam os noticiários durante meses, deixando depois de ser notícia de abertura de telejornais. Apesar da atenção mediática ser inconstante, a situação mantém-se extremamente grave.

Se recuarmos apenas alguns meses e nos centrarmos só na investigação da Amnistia Internacional, testemunhamos situações dramáticas em diversos países.

Em novembro de 2020, o Gabinete do Provedor de Justiça Europeu anunciou que ia abrir um inquérito sobre o possível fracasso da Comissão Europeia em garantir que as autoridades croatas respeitam os direitos fundamentais durante a realização de operações fronteiriças, financiadas pela União Europeia (UE), contra migrantes e refugiados. Em causa estavam os inúmeros relatos de violações, incluindo agressões e tortura de migrantes e requerentes de asilo pela polícia croata. Os relatos recebidos pela AI e outras organizações davam conta de agressões sistemáticas de homens, mulheres e adolescentes que tentam entrar no país, e a destruição

dos seus pertences e telemóveis, antes de forçá-los a regressar à Bósnia. Havia denúncias de pessoas que foram despedidas e ficaram sem sapatos, sendo forçadas a caminhar durante horas sobre neve e rios gelados.

Em abril de 2021 foi a vez da Dinamarca retroceder na proteção dos refugiados. Pelo menos 380 refugiados, incluindo crianças, foram informados pelo Serviço de Imigração Dinamarqueses que teriam de regressar à Síria, uma vez que a Dinamarca considerou Damasco, e a respetiva zona circundante, segura para o regresso. O estatuto de proteção temporária destas pessoas e, consequentemente, as suas autorizações de residência, foram anulados. Os refugiados visados deveriam permanecer em centros de regresso até à sua deportação ou poderiam decidir voltar à Síria “voluntariamente”.

Em maio deste ano todos assistimos ao regresso do tema à abertura dos telejornais: Milhares de pessoas, incluindo crianças, foram sujeitas a violência por parte das forças espanholas e do exército e forçadas a regressar ao seu país de origem, depois de Marrocos ter aberto as suas fronteiras. Estes regressos coletivos foram feitos sem quaisquer salvaguardas que possibilitassem a identificação de pessoas vulneráveis ou garantissem o seu acesso a infor-

mação adequada, assistência jurídica ou pedidos de asilo. Entre as cerca de 5.000 pessoas que regressaram sumariamente, poderiam existir indivíduos elegíveis para asilo ou em casos extremos de necessidade de proteção.

Já este mês, foram os governos dos Estados Unidos (EUA) e do México que chocaram o mundo com o retorno de dezenas de milhares de crianças desacompanhadas, para os países de onde tinham fugido em busca de maior segurança. Estes retornos são feitos sem rastreios adequados ou proteção contra os perigos que possam enfrentar no seu regresso, contrariando a legislação dos EUA que exige que os casos das crianças não-acompanhadas sejam analisados, a fim de garantir que as mesmas não serão vítimas de tráfico, nem sofrerão consequências, em caso de regresso. No México, as autoridades tentam dar resposta ao aumento das crianças desacompanhadas que provêm da América Central, rumo aos EUA através do México, para fugir maioritariamente à violência e reunir-se com as suas famílias.

A juntar à já precária situação de refugiados e migrantes em todo o mundo, a pandemia agravou ainda mais as condições “fechando” pessoas em campos deploráveis ou centros de detenção, aumentando a sua exposição ao vírus,

e deixando outros encurralados devido ao fecho de fronteiras.

Todas estas situações têm em comum o fracasso dos Estados no cumprimento das suas obrigações na proteção dos refugiados e a contínua falta de mecanismos que respondam às necessidades e direitos humanos destas pessoas.

Há cerca de quatro anos a Amnistia Internacional lançou o manifesto “Eu Acolho” dirigido aos líderes políticos para os relembrar das suas obrigações legais, morais e humanitárias de acolher os refugiados e migrantes.

Neste manifesto propomos três vias para garantir a proteção e a dignidade de todos os que procuram refúgio: 1. Rotas legais e seguras, com meios dignos de viagem e proteção humanitária; 2. Partilha de responsabilidades no acolhimento entre todos os Estados. 3. Acolhimento e integração efetiva com resposta rápida e célere aos requerentes de asilo.

No dia 20 de junho, Dia Mundial do Refugiado, aproveitámos esta data simbólica para fazer chegar o manifesto aos nossos líderes políticos. Neste

dia estivemos de volta à rua para relembrar que, juntos, podemos tornar mais humanas as políticas de migração europeias.

Entretanto pode apoiar-nos numa ação de solidariedade online para que a nossa mensagem chegue a mais pessoas. Veja a nossa [Ação Urgente](#)¹ e demonstre a sua solidariedade com quem apenas procura uma oportunidade para ser feliz e viver num local seguro.■

¹https://www.amnistia.pt/wp-content/uploads/2021/06/Call2action_euacolho.pdf



Em 15 de Junho realizou-se, *on line*, mais uma sessão do Projeto “O meu Livro quer outro Livro”, por iniciativa do Departamento de Professores e Educadores Aposentados.

Bráulio Martins informou que o Presidente do SPGL transmitiu o seu desejo de uma boa sessão, lamentando não poder estar presente por se encontrar numa reunião.

“Na minha rua” é uma coleção de literatura infantil que reúne alguns dos melhores autores nacionais. “Acreditando que é preciso semear na infância os valores que queremos para o nosso futuro, esta coleção de histórias ternurentas tenta sensibilizar os mais novos para valores que parecem ter entrado em desuso, como a tolerância, a gentileza, a humanidade e a bondade”. Esta é uma parte do texto da contracapa do livro de Manuela Castro Neves, intitulado “Um Menino bateu-me à Porta”, com ilustração de Ana Granado, edi-

ções Zero a Oito. Participaram nesta sessão dezoito colegas, numa sessão muito viva e participada.

A sessão teve início com informações sobre o movimento sindical, a cargo de Helena Gonçalves, que referiu que, apesar das circunstâncias, têm continuado a realizar-se ações de rua e outras iniciativas para apresentar propostas para resolução dos problemas existentes na classe docente. Mencionou ainda a situação precária dos novos professores que, perante o congelamento das carreiras e a não contagem do tempo de serviço, nunca chegarão a usufruir de reformas semelhantes às da geração anterior, pelas quais lutou. Devido aos inúmeros problemas e falta de cumprimento de direitos, os aposentados têm levado a efeito ações reivindicativas, como em 16 de abril a 9ª Conferência da Inter-Reformados da CGTP-IN (IR), e em 17 de Junho o 9º Encontro da IR da União dos Sindicatos de Lisboa. Devido às circunstâncias, só será

possível realizar a 3ª Conferência dos Professores e Educadores Aposentados da FENPROF em 2022, no 1º trimestre. Estamos também a estudar o Livro Verde, proposto pela União Europeia.

Após as informações sindicais, Helena Gonçalves apresentou Manuela Castro Neves, a escritora de livros infantis que já em 2017 realizou uma sessão presencial na nossa sede do SPGL, no âmbito deste mesmo projeto.

Esta sessão foi dedicada ao livro «Um Menino bateu-me à Porta», associado ao tema que é dedicado ao Dia Mundial dos Refugiados a 20 de Junho, no âmbito do projeto “Memórias Vivas. Vamos Comemorar...”.

Tomou, então a palavra Manuela Castro Neves. Disse sentir-se bem por estar entre pessoas que são sensíveis a problemas como os que são abordados nos seus livros. Propôs a hipótese de ser apresentado um vídeo realizado

pela RTP com leitura de Inês Castelo Branco e que se pode ver no *you tube*. Os presentes optaram por ouvir a autora. Foi uma leitura muito interessante devido à interação que a escritora estabeleceu com os presentes, levando-os a imaginar qual seria a sequência da história nos momentos cruciais em que, por vezes, parava. Desafiou os presentes a darem a sua opinião quanto a se as histórias para crianças devem ter ou não uma mensagem.

Carla Batista, que tem trabalhado com os seus alunos as obras da autora, disse gostar de histórias sem mensagem por ser mais fácil que aqueles intervenham, mas que tinha gostado muito deste livro. A autora disse que este é o seu segundo livro com mensagem, mas também prefere livros sem mensagem. Almerinda Bento considerou que as histórias devem ser suficientemente abertas de forma a surpreenderem-nos pelo retorno que obtemos das crian-

ças, sem serem direcionadas.

Maria João Vale salientou dois aspetos: a história tem de ser compreensível já que, para a criança, pode haver várias mensagens. O lado gráfico é também importante e deve adaptar-se às idades das crianças.

Manuela Castro Neves tem dez obras publicadas e duas na editora, que sairão em 2022.

Respeito e compaixão pelos meninos refugiados foram determinantes para escrever este livro. Fez referência a alguns dos estímulos para este trabalho, sendo o mais recente um artigo da revista Expresso da autoria de Jorge Araújo “O Inferno é Vizinho do Paraíso”, um texto poético sobre uma fotografia de um bebé gelado sobre quem são feitas várias perguntas. (Expresso de 20-05.2021)

Insistiu que neste livro eram essenciais conceitos como: valentia, coragem, solidariedade, o valor das trocas cultu-

rais, lembrando sempre o papel da memória e da fantasia para a construção da esperança.

Margarida Rocha, presente *on line* diretamente do Canadá, agradeceu a presença da autora e o seu trabalho, pois desenvolve, em Toronto, trabalho de grupo sobre literatura portuguesa em que este tema também é tratado.

Chegado o momento de terminar a sessão, Natália Bravo mostrou o presente que foi oferecido à autora - uma cesta forrada de flores feitas de croché que uma árabe lhe tinha ensinado a fazer e que Manuela Castro Neves muito apreciou.

A sessão foi muito viva e participada. A diversidade de opiniões, o clima amigável e a emoção revelada em certos momentos levam-nos a terminar com mais uma frase da contracapa da editora: “uma história comovente sobre um menino perdido que nunca perdeu a esperança».

9º Encontro da Inter-reformados da União dos Sindicatos de Lisboa



No passado dia 18 de junho de 2021 realizou-se o 9º Encontro da Inter-reformados da União dos Sindicatos de Lisboa, na Casa do Alentejo, subordinado ao lema **COM ESPERANÇA E CONFIANÇA LUTAMOS - pelo Direito a Envelhecer com Dignidade Unidos e Solidários, no Ativo e na Reforma**, no qual participou, para

além do coordenador do Departamento de Aposentados Bráulio Martins, uma delegação composta por aposentados da Direção Regional de Lisboa - coordenadora dos aposentados da Direção Regional de Lisboa, Margarida Lopes, os representantes da Direção Regional com assento na IR Lisboa, Isabel Gaspar e Manuel Vasconcelos e também os delegados membros da direção Regio-

nal de Lisboa, Rui Capão, recentemente eleito para a IR da CGTP, e Fernanda Ferrão, Helena Gonçalves, e António Avelãs e Jorge Almeida.

Estiveram em discussão os seguintes documentos:

- “Relatório de Atividades da Inter-Reformados Lisboa (Mandato 2018-2021)”;
 - Plano de “Ação Reivindicativa”;
 - “Plano de Organização Sindical dos Reformados”;
 - Documento de Caracterização da Situação dos Reformados da Região de Lisboa, realizado e apresentado por Sara Canavezes dos serviços da União dos Sindicatos de Lisboa que nos apresenta que no Distrito de Lisboa existem mais de meio milhão de residentes com mais de 65 anos e que cada 10 desses residentes vivem em risco de pobreza ou de exclusão social.
- Este documento salienta ainda as muito baixas pensões com que vive a maioria

dos reformados/aposentados e enormes dificuldades no campo habitacional agravadas com legislações de arrendamento criadas ainda no tempo de Asunção Cristas.

- Resolução “Situação Social dos Reformados e Aposentados, a importância da Luta”.

Foram diversas as intervenções dos aposentados dirigentes dos diferentes sindicatos, salientando-se a do Coordenador da IR Lisboa, Virgílio Guerreiro, que fez a caracterização da organização dos aposentados da IR Lisboa e acentuou a importância de esta organização não ser apenas vista como apoio dos trabalhadores no ativo, nas suas organizações sindicais, mas sim como um órgão em que tem de existir reflexão e estudo sobre os seus próprios problemas.

A Rodolfo Caseiro coube a intervenção sobre a organização dos Reformados/Aposentados que é a base orgânica da Comissão de Reformados da CGTP, mantendo a tônica na criação de novas comissões para as quais contribuiu o apoio desta organização, como foi o caso da recente Comissão de Reformados do STAL.

Fez ainda referência à importância do tempo dividido em 8 horas de Trabalho, 8 horas de descanso e 8 horas para a vida pessoal e familiar, que foi esta-

belecido há muito para uma vida mais saudável e fruto de muitas lutas.

Foram ainda referidas algumas preocupações que advêm do Livro Verde, que devem ser aprofundadas, nomeadamente quanto ao conceito de envelhecimento ativo, o qual o capital pretende definir como prolongamento efetivo da vida de trabalho.

O Plano de Ação Reivindicativo ficou a cargo do camarada António Serra, cuja prioridade da ação reivindicativa assenta no esclarecimento, intervenção e luta pelo direito a envelhecer com direitos e do qual damos nota dos pontos chave das justas reivindicações:

- Pelo direito à reforma e melhoria das pensões de velhice, aposentação e reforma;
- Por uma Segurança Social Pública, Universal e Solidária;
- Por Serviços Públicos Universais e de Qualidade;
- Pelo alargamento da rede pública de equipamentos e serviços sociais para idosos, de qualidade e acessíveis;
- Pela consagração do direito à proteção na dependência;
- Pela garantia de uma habitação condigna;
- Por uma fiscalidade mais justa;
- Pela melhoria e promoção da mobilidade;
- Combater a pobreza e exclusão social.

A intervenção dos aposentados do SPGL esteve a cargo do coordenador Bráulio Martins, que se debruçou sobre as próximas atividades reivindicativas e de lutas mais gerais do movimento sindical docente, e sobre a organização do nosso Departamento e a sua importância nas diversas frentes de luta, reforçando a pertinência desse reconhecimento pelos restantes dirigentes sindicais atualmente no ativo. Neste Encontro participaram 68 Delegados, guardando as devidas distâncias e orientações da DGS.

Foi eleita nova direção com 34 camaradas aposentados de diversos Sindicatos da Região de Lisboa que compunham a Lista A, única Lista apresentada a sufrágio e da qual faziam parte os camaradas Isabel Gaspar e Manuel Vasconcelos, em representação dos aposentados da Direção Regional de Lisboa.

Prestarão o seu contributo em defesa dos interesses dos professores aposentados e dos sócios deste grande sindicato que é o SPGL, cientes da importância de se dar voz ao grupo de reformados que, no momento, só em Lisboa, conta com meio milhão de pessoas. ■

A Comissão Regional de Lisboa do Departamento de Professores e educadores Aposentados do SPGL

Legislação

I Série

• **Resolução da Assembleia da República n.º 154/2021 de 28/05**

Recomenda ao Governo que reveja os conteúdos da educação sexual nas escolas, garantindo a promoção da igualdade de género

• **Resolução da Assembleia da República n.º 155/2021 de 28/05**

Recomenda ao Governo a realização de um concurso de professores que responda às necessidades de pessoal docente

• **Resolução da Assembleia da República n.º 173/2021 de 21/06**

Recomenda ao Governo que avalie a forma de contabilização do tempo de serviço declarado à segurança social pelos docentes contratados a exercer funções a tempo parcial

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2021 de 30/06**

Autoriza a realização da despesa relativa

aos apoios decorrentes da celebração de contratos de cooperação com estabelecimentos de ensino particular de educação especial para o ano letivo de 2021/2022

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2021 de 30/06**

Autoriza a realização da despesa relativa ao apoio financeiro pelo Estado a cooperativas e associações de ensino especial e a instituições particulares de solidariedade social para o ano letivo de 2021/2022

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2021 de 30/06**

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios financeiros aos centros de recursos para a inclusão decorrentes da celebração de contratos de cooperação para o ano letivo de 2021/2022

II Série

• **Despacho Normativo n.º 14-A/2021 de 26/05**

Procede à regulamentação da realização

de exames finais nacionais para melhoria de nota da classificação final da disciplina apenas para efeitos de acesso ao ensino superior e à definição do respetivo processo extraordinário de inscrição

• **Regulamento n.º 560-A/2021 de 17/06**

Regulamento de atribuição de bolsas excecionais para mitigação de impactos da COVID-19 nas atividades de investigação

• **Despacho n.º 6325-A/2021 de 25/06**

Fixa, para o ano de 2021, o número de vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira dos educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário

• **Recomendação n.º 1/2021 de 28/06**

Recomendação sobre «A escola na pós-pandemia: desafios e estratégias»

Legislação relativa ao COVID disponível em

<https://www.spgl.pt/covid-19-legislacao-informacao>

2 - Mobilidade do pessoal docente

Tendo em conta que o regime jurídico relativo à matéria supra identificada é bastante vasto, propus-me dar-lhe continuidade na presente rúbrica do “Escola Informação”.

Deste modo e como então foi referido, vão ser aqui abordados, não só os regimes de **duração e autorização da requisição** e do **destacamento** do pessoal docente como também o da **comissão de serviço**.

Assim:

a) Quanto à duração da **requisição** e do **destacamento**, o artigo 69º do ECD determina que a mesma corresponde a um ano mas pode ser prorrogável até ao limite de 4 anos incluindo-se neste o primeiro ano. A permanência dos docentes nas referidas formas de mobilidade não é obrigatória mas o legislador prevê que as mesmas só podem findar a qualquer momento nas seguintes situações: ou por conveniência de serviço ou através de requerimento apresentado pelo docente com a devida fundamentação.

Do número 3 do mesmo preceito legal resulta que, terminado o prazo de duração da requisição ou do destacamento, o docente regressa à sua escola de origem só podendo voltar a ser requisitado passados que sejam 4 anos. Ao estabelecer este período, o legislador pretendeu garantir que os docentes nesta situação não se desliguem durante demasiado tempo daquela que é a sua atividade principal. Contudo, o mesmo quadro legal também prevê que, não pretendendo voltar à Escola de origem logo que findo o referido período de 4 anos, o docente também pode optar pela reconversão ou reclassificação em diferente carreira ou categoria “... de acordo com as funções que vinha desempenhando, os requisitos habilitacionais detidos, as necessidades dos serviços e o nível remuneratório que detenha ...”. Caso se verifique a inexistência nesse serviço de um

lugar vago proceder-se-á à respetiva criação a extinguir quando vagar.

Finalmente, a **terceira opção** prevista pelo legislador para a referida situação, determina que, finda a requisição ou o destacamento, o docente também pode optar pela licença sem vencimento de longa duração que se encontra regulada pelo artigo 107º do ECD. Contudo, se regressar ao serviço após ter permanecido nessa mesma situação de licença sem vencimento, o docente fica impedido de ser “...requisitado ou destacado antes de decorrido o período mínimo de 4 anos escolares após o regresso”.

b) A comissão de serviço encontra-se tutelada no **artigo 70º do ECD** e abrange o exercício de funções dirigentes na Administração Pública, de funções em gabinetes dos membros do Governo ou equiparados ou ainda de outras funções para as quais a lei exija essa forma de provimento. Assim, os docentes que sejam nomeados para o cargo de dirigente na Administração Pública ou para o exercício de funções em gabinetes de membros do Governo passam a exercer funções através deste regime de mobilidade.

É de referir finalmente que a autorização do pessoal docente para o exercício de funções em regime de destacamento, requisição ou comissão de serviço é autorizada pelo Ministro da Educação e depende de parecer do órgão de Direção do estabelecimento de ensino a cujo quadro pertence devendo ficar sempre assegurada a respetiva substituição.

Mais uma vez faço lembrar que, para obtenção de esclarecimentos adicionais sobre esta matéria, poderão os docentes entrar em contacto com os serviços competentes do SPGL (Apoio a Sócios e Contencioso).■



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL DEB95520215C-678. PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL



ESCOLA
É SABER E FUTURO
MAS TAMBÉM
É ENCONTRO

20
21
AGENDA DO
PROFESSOR
22
20

Agenda do Professor 2021/2022

Como nesta data o ME ainda não publicou o calendário escolar para o próximo ano letivo, a Agenda vai com uma página com lacunas, a serem preenchidas pelo(a) sócio(a).